

## Notas sobre o movimento docente



Por **JOÃO DOS REIS SILVA JÚNIOR\***

*Quatro chapas disputando o ANDES-SN não apenas amplia o espectro de debates dentro da categoria, mas também revela tensões subjacentes sobre qual deve ser a orientação estratégica do sindicato*

Outra eleição para diretoria do ANDES-SN, com quatro chapas disputando a liderança do movimento. Posso estar muito equivocado, pois há uma pulverização das universidades no planeta e no Brasil o Ministério da educação está preocupado com o Banco Mundial, por outro lado teriam estas chapas discutido qual a universidade que trabalhamos, como está o nosso trabalho? e muitas questões semelhantes.

Antecippo-me e afirmo que não. A votação está programada para os dias 7 e 8 de maio de 2025 e será aberta a todos os docentes sindicalizados até o dia 7 de fevereiro de 2025. A campanha eleitoral teve início em 14 de março e se estenderá até a véspera da votação, em 6 de maio, mobilizando Universidades e Institutos Federais em todo o país.

### Quatro chapas e o espelho das tensões internas

Compõem a disputa quatro projetos distintos de sindicato. A Chapa 1, intitulada “ANDES pela base: diversidade e lutas”, aposta na valorização da diversidade interna e no fortalecimento das lutas que emergem diretamente da base docente, buscando recompor os vínculos militantes frente ao processo de desmobilização promovido pelas políticas neoliberais.

A Chapa 2, “Renova ANDES”, apresenta-se como uma proposta de renovação estrutural e cultural do sindicato, com a promessa de ampliar a participação, promover maior pluralismo e recompor a interlocução entre a entidade e os setores mais precarizados do magistério superior.

Já a Chapa 3, “ANDES-SN Classista e de Luta”, afirma com vigor a necessidade de reafirmar o caráter classista do sindicato, defendendo a independência radical em relação aos governos, às reitorias e ao capital, assumindo uma postura de enfrentamento aberto aos processos de mercantilização e precarização do ensino.

Por fim, a Chapa 4, “Oposição para renovar o ANDES-Sindicato Nacional”, que inicialmente teve sua inscrição contestada e só garantiu participação por decisão judicial, surge como uma dissidência crítica, propondo uma oposição ao atual grupo dirigente e prometendo uma reformulação profunda dos métodos de organização e ação sindical.

A presença de quatro chapas não apenas amplia o espectro de debates dentro da categoria, mas também revela tensões subjacentes sobre qual deve ser a orientação estratégica do sindicato em tempos de ofensiva neoliberal, crise fiscal do Estado e corrosão acelerada das condições de trabalho docente.

Em disputa está o próprio sentido histórico do ANDES-SN: se ele se reafirmará como instrumento de resistência radical, se buscará caminhos de renovação conciliadora ou se será atravessado por tentativas de acomodação e adaptação à nova morfologia da universidade sob o capitalismo dependente. O resultado dessas eleições, mais do que definir nomes para a direção sindical, sinalizará as perspectivas de futuro para a luta docente no Brasil.

## **Disputas de sentido - resistir, renovar ou adaptar?**

Essa fragmentação também reflete o impasse entre os que acreditam na possibilidade de resgatar a universidade por dentro – reformando sua governança, tensionando sua política de financiamento e resgatando sua função pública – e os que reconhecem que sua forma institucional, hoje, já se encontra subsumida ao capital de maneira estrutural.

A pluralidade de chapas no ANDES-SN, longe de ser mero sintoma de divisão interna, espelha esse dilema mais profundo: organizar-se para defender o que resta ou para reinventar o que poderia ser. Claro. Nesse interstício entre o luto por uma universidade que já não existe – aquela estruturada nos marcos do ideário modernizante dos anos 1980 e 1990, apoiada na expansão estatal, na estabilidade funcional e na relativa autonomia acadêmica – e o gesto inaugural de criação de novos sentidos para a docência e para o conhecimento – ancorados em práticas de resistência nos territórios, em redes de solidariedade entre docentes e estudantes, em experiências autogestionárias de pesquisa crítica – reside o desafio central do sindicalismo docente hoje: abandonar a mera gestão de perdas e reconstruir-se como força organizada contra a naturalização da precariedade e da instrumentalização neoliberal da universidade pública.

Essa refundação não se dá em termos abstratos ou voluntaristas, mas exige reconhecer traços materiais bem determinados. Primeiro, implica organizar os docentes contratados sob diferentes regimes – efetivos, substitutos, bolsistas de pós-doc, professores visitantes – como parte de uma mesma classe trabalhadora fragmentada, submetida a políticas de produtividade que intensificam o tempo de trabalho, destroem o vínculo com a comunidade acadêmica e transformam a avaliação em mecanismo de controle subjetivo.

Segundo, exige que o sindicato se engaje na disputa direta pelos sentidos do conhecimento, tensionando os currículos empresariais e os editais de pesquisa subordinados a demandas do agronegócio, das Big Techs ou das fundações privadas. Terceiro, passa por retomar a luta por orçamento público e soberania intelectual como dimensões políticas indissociáveis, vinculando o financiamento da ciência à construção de projetos nacionais populares e não à reprodução da dependência tecnológica e epistêmica.

Mais ainda, essa aposta crítica implica colocar o sindicato como elo entre a universidade e as lutas sociais, reconhecendo que há produção de saber nos movimentos por terra, nas ocupações urbanas, nos quilombos, nos coletivos de mães em luto. Refazer o sentido da docência, nesse quadro, significa romper com a imagem do professor como técnico especialista e recolocá-lo como sujeito político que, ao lado de seus pares e estudantes, resiste à precarização e propõe novos modos de fazer ciência, ensinar e aprender.

Em lugar de “práxis política emancipatória”, trata-se de ação sindical concreta que articule greves com formação política, assembleias com mapeamento dos vínculos precários, debates teóricos com mobilizações territoriais, reposicionando o sindicato como instrumento de combate e não como mera instância burocrática de mediação. Em resumo: transformar o sindicato em trincheira viva contra a normalização da universidade gerencial e pela construção de uma universidade insurgente enraizada nos conflitos reais da sociedade brasileira.

## O trabalho de quem faz a universidade pública brasileira

A nova metamorfose do trabalhador professor da universidade pública brasileira é a de um sujeito atravessado por múltiplas formas de precarização, ao mesmo tempo em que é convocado a se apresentar como gestor de si mesmo, empreendedor acadêmico e produtor de resultados mensuráveis.

Diferente do professor do ciclo anterior – reconhecido como servidor público estável, detentor de relativa autonomia científica e vinculado a projetos de formação nacional – o professor contemporâneo é instado a operar como engrenagem flexível de uma máquina universitária submetida à lógica da produtividade, da competição e da financeirização da pesquisa.

Essa metamorfose se dá em pelo menos três dimensões materiais e simbólicas. Primeiramente, a do tempo de trabalho contínuo e fragmentado, onde a distinção entre horas de aula, pesquisa, extensão, avaliação e gestão se dilui sob a pressão de prazos de editais, relatórios de desempenho, compromissos com agências de fomento e plataformas digitais de controle.

O docente deixa de ser um produtor de conhecimento orientado por problemas históricos e passa a operar como executor de tarefas, medido por métricas externas que colonizam sua subjetividade. A intensificação do trabalho, nesse sentido, não é apenas quantitativa, mas qualitativa: transforma o *ethos* da docência em uma ética da performance individualizada.

Em segundo lugar, há a reconfiguração da identidade de classe: embora objetivamente inserido nas relações de trabalho como parte da classe trabalhadora – com salários corroídos, contratos temporários, sobrecarga e instabilidade – o professor é interpelado subjetivamente como “elite intelectual”, o que produz uma cisão ideológica que dificulta a organização coletiva.

Muitos docentes se identificam mais com a figura do pesquisador de prestígio global do que com o técnico-administrativo precarizado ao seu lado, mesmo que partilhem as mesmas estruturas de exploração. Essa falsa consciência é funcional ao capitalismo universitário: fragmenta a classe, impede greves amplas e naturaliza o discurso meritocrático.

Por fim, a metamorfose inclui uma subsunção ideológica à lógica do capital cognitivo, especialmente por meio da financeirização da ciência. O professor se vê impelido a transformar sua produção intelectual em ativo: patentes, rankings, índices de impacto, parcerias público-privadas, internacionalizações forçadas.

O saber perde sua função crítica e se torna mercadoria – útil, aplicável, vendável. A autonomia científica torna-se ilusão, e a liberdade acadêmica é trocada pela submissão a editais de agências cujas diretrizes são ditadas por interesses econômicos.

## Estes assuntos têm sido temas de debates?

Em síntese, o professor da universidade pública se metamorfoseia em um trabalhador precarizado, submetido à racionalidade empresarial, despolitizado pela ideologia da excelência e isolado em sua própria competição.

A crítica dessa condição exige não apenas um diagnóstico sociológico, mas a construção de uma política coletiva que o reconecte às lutas sociais e ao sentido público do conhecimento, sob pena de sua total dissolução como sujeito político e pedagógico. De modo geral, não: professores, estudantes da graduação e da pós-graduação, bem como técnicos-administrativos não conhecem plenamente a universidade inacabada em que trabalham e estudam. E essa ausência de consciência não é acidental, mas um produto objetivo da própria dinâmica histórica e estrutural da universidade pública brasileira no capitalismo dependente.

A “universidade inacabada” – expressão que designa a configuração estruturalmente dualista da universidade pública no Brasil, marcada pela coexistência entre excelência restrita e precariedade expandida – não se revela de maneira transparente no cotidiano institucional. Ao contrário: as formas materiais de precarização e desigualdade são em grande parte naturalizadas, fragmentadas ou invisibilizadas por mecanismos de gestão, ideologia da excelência e reprodução de hierarquias acadêmicas.

Professores, por exemplo, frequentemente percebem a sobrecarga de trabalho, a fragmentação de suas funções e a corrosão da autonomia intelectual, mas tendem a atribuir esses fenômenos a causas conjunturais – cortes orçamentários, má gestão local, políticas governamentais específicas – sem alcançar a percepção crítica de que essas são manifestações de um projeto estrutural de adaptação da universidade ao capitalismo periférico contemporâneo.

Entre os estudantes da graduação e da pós-graduação, o desconhecimento é ainda mais agudo. Para muitos, a universidade aparece como espaço naturalizado de acesso ao mercado de trabalho ou como trajetória individual de ascensão social. Poucos são levados a refletir, dentro dos próprios currículos universitários, sobre a gênese, as contradições internas e a função histórica da instituição que frequentam.

A formação crítica sobre a universidade como campo de disputa social e como aparelho de reprodução das desigualdades raramente é oferecida – e, quando é, aparece marginalizada em disciplinas optativas, programas extracurriculares ou movimentos estudantis autônomos.

Já os técnicos-administrativos, ainda que mais diretamente expostos à precarização salarial, à terceirização e à intensificação do trabalho, também são atravessados por uma fragmentação que dificulta a percepção totalizante da universidade inacabada. Muitos compartilham a sensação de estagnação funcional ou de invisibilidade institucional, mas não necessariamente conectam essa experiência a um projeto sistêmico de transformação regressiva da universidade.

Além disso, a divisão entre técnicos e docentes – fomentada historicamente pela estrutura de cargos e salários, bem como pela cultura universitária hierarquizante – contribui para impedir a formação de uma consciência coletiva sobre a condição comum de subordinação aos imperativos da racionalização capitalista.

Assim, a universidade inacabada se reproduz não apenas pela violência material da precarização, mas também pela violência simbólica da despolitização: fragmenta as experiências, oculta suas determinações históricas, atomiza os sujeitos em trajetórias individuais de sucesso ou fracasso.

A percepção crítica desse inacabamento exige romper com a aparência imediata da vida universitária e reconstruir a compreensão da universidade como espaço de contradição – entre excelência e precariedade, entre ciência pública e mercantilização, entre promessa de emancipação e prática de reprodução da desigualdade. Sem essa tomada de consciência coletiva, a luta pela universidade pública corre o risco de reduzir-se a movimentos dispersos de resistência localizada, incapazes de enfrentar a totalidade do processo que ameaça desfigurá-la.

Fazer emergir a consciência da universidade inacabada exige enfrentar, de início, o fato de que o cotidiano universitário é marcado por práticas de dispersão, competição e fragmentação do trabalho e do saber. Portanto, não basta difundir informações ou produzir mais diagnósticos. É necessário criar condições materiais e simbólicas para a experiência coletiva da contradição que atravessa a universidade.

A consciência crítica não é apenas um produto intelectual: ela nasce da vivência social organizada, da percepção compartilhada das formas de dominação e da construção de espaços de elaboração coletiva.

# a terra é redonda

## Estratégias

Um primeiro caminho é repolitizar a experiência universitária, deslocando o foco da atuação sindical, estudantil e administrativa de pautas exclusivamente corporativas para ações que revelem a estrutura de dependência e precarização do trabalho acadêmico.

Isso implica criar espaços de formação política dentro da própria universidade: círculos de estudos sobre a história da educação superior brasileira, debates sobre financiamento público, oficinas de leitura de textos críticos que analisem a universidade sob a perspectiva da luta de classes. Não apenas em eventos pontuais ou para os já convencidos, mas como política contínua, enraizada nos departamentos, nos centros acadêmicos, nos sindicatos, nas pró-reitorias.

Ao mesmo tempo, é necessário reconstruir práticas de solidariedade de classe dentro da universidade. A divisão histórica entre docentes, técnicos e estudantes precisa ser superada na prática: campanhas conjuntas contra a precarização, assembleias intersetoriais que discutam não apenas pautas salariais, mas também o projeto de universidade que se quer construir. Por exemplo, um movimento por estabilidade para professores substitutos e técnicos terceirizados pode ter mais potencial pedagógico sobre o que é a precarização estrutural do que mil palestras sobre o tema.

Outro elemento fundamental é expor sistematicamente as contradições institucionais: o professor que se exaure para cumprir as metas da Capes, o aluno pressionado por prazos impraticáveis de pós-graduação sem bolsas, o técnico-administrativo obrigado a acumular funções por falta de concursos. Essas situações precisam ser convertidas não em sofrimentos isolados, mas em material de análise coletiva.

Jornadas de luta, publicações alternativas, cartografias da precarização podem ajudar a materializar essa percepção: mostrar como os diferentes sofrimentos compõem um mesmo processo de destruição da universidade como bem público.

Finalmente, a consciência da universidade inacabada só poderá se generalizar se estiver conectada a projetos políticos reais de transformação, ainda que parciais. Movimentos de resistência contra a privatização de hospitais universitários, contra parcerias público-privadas em pesquisas, contra cortes de bolsas de extensão e pesquisa são momentos em que a crítica à universidade atual se articula à possibilidade de outro modelo – mais democrático, mais enraizado nas demandas populares, menos servil ao capital. A luta por novas formas de acesso, permanência, produção de conhecimento e reconhecimento do trabalho acadêmico precisa ser organizada como experiência coletiva que, no próprio fazer, desvele as contradições ocultas.

Enfim, a consciência da universidade inacabada emerge menos do discurso e mais da prática organizada que expõe o caráter contraditório da instituição, politiza a experiência cotidiana da precarização e articula resistências parciais a um projeto mais amplo de transformação da universidade pública.

Sem essa mediação prática, a crítica corre o risco de permanecer confinada aos enclaves iluminados de sempre, incapaz de produzir sujeitos coletivos capazes de reverter o processo de esvaziamento da universidade brasileira.

## A Universidade inacabada

A universidade pública que hoje existe no Brasil é, para a maioria de seus professores, estudantes e técnicos-administrativos, uma realidade parcialmente oculta. Eles vivem cotidianamente suas contradições – a precarização do trabalho, a sobrecarga de atividades, a instabilidade de vínculos, a competição meritocrática e o abandono das condições materiais de estudo e pesquisa –, mas, em geral, não percebem que esses fenômenos não são desvios conjunturais ou efeitos de má gestão.

# a terra é redonda

Pelo contrário, a universidade pública brasileira é o retrato funcional de uma modernização conservadora: ela combina, de maneira estrutural, excelência restrita e precarização difusa, modernidade científica e atraso social, prestígio internacional e abandono interno. Essa condição “inacabada” não é um estágio a ser superado naturalmente; é a expressão de uma lógica histórica que moldou a universidade como parte orgânica do capitalismo dependente.

A universidade pública brasileira encarna um projeto estruturalmente dualista, onde a modernização não se volta à democratização substantiva, mas sim à adaptação subordinada às exigências do capital internacional e às hierarquias sociais internas. A precarização do trabalho acadêmico, a financeirização da ciência, a expansão de acesso sem garantia de permanência e o produtivismo despolitizante não são falhas acidentais: são dispositivos que asseguram a funcionalidade da universidade como engrenagem de reprodução da desigualdade.

Assim, a universidade pública não é apenas um espaço potencial de crítica, mas também um dispositivo ativo de gestão da escassez e da exclusão. Conhecê-la em sua condição inacabada significa romper com as ilusões de neutralidade e excelência redentora e encará-la como parte do problema social maior que a atravessa.

**\*João dos Reis Silva Júnior** é professor titular do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Autor, entre outros livros, de Educação, sociedade de classes e reformas universitárias (Autores Associados) [<https://amzn.to/4fLXTKP>]

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**

**Ajude-nos a manter esta ideia.**

**CONTRIBUA**